

## APRESENTAÇÃO

Em 2010, com apoio da CAPES e do Programa DINTER UFBA-UFPA, organizamos uma mesa redonda nascida das circunstâncias de saber necessária e urgente uma renovação no olhar sobre as áreas centrais de nossas cidades – notadamente quanto à visão patrimonialista a que estão submetidas. Realizada no Auditório Mastaba, na Faculdade de Arquitetura, a mesa redonda intitulada “A Invenção do Patrimônio” reuniu pontos de vista tão distanciados quanto interessantes: Henri-Pierre Jeudy (CNRS, França), Odete Dourado (FAUFBA, Brasil) e Conceição Tavares (Universidade Técnica de Lisboa, Portugal) para expor idéias e opiniões sobre aquilo que chamamos de Patrimônio (histórico, cultural, arquitetônico, material, imaterial) e o significado deste para o devir de nossas cidades e em particular, dos seus centros tradicionais.

Entre o pensamento de Henri-Pierre Jeudy, averso a própria ideia de Patrimônio, o contraponto da professora Odete Dourado, que nos oferecia um olhar equilibrado e deslocado dos extremos e o de Conceição Tavares, explicando nossa herança patrimonial a partir de uma matriz colonialista lusitana os desencontros foram evidentes mas o debate esperançoso porque não sucumbia à tirania dos discursos hegemônicos. Foram colocados assim e em jogo, conceitos fundamentais como o de identidade, significado, tempo, valor social, fé, governo e claro, patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio material, patrimônio imaterial, etc. Ao fim, vendo como cresce a importância do Patrimônio no devir de nossas cidades a pergunta naturalmente persiste: que invento é este e que supõe para a cidade contemporânea? E foi pensando nesta pergunta que convidamos e reunimos aqui, nesta Edição Especial do Cadernos PPG-AU FAUFBA: Henri-Pierre Jeudy, sociólogo e pesquisador do Laboratoire d’Anthropologie des Institutions et Organisations Sociales do CNRS (França); Fernando Alvarez Prozorovich, arquiteto e diretor do Máster em Restauración da Universidad Politécnica de Cataluña (Espanha); Ana Carolina Bierrenbach, arquiteta e professora da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA; Urpi Montoya Uriarte, antropóloga e professora da Universidade Federal da Bahia; Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti, arquiteta, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia; e Clara Bonna Pignaton, arquiteta, Mestre e doutoranda pelo mesmo programa.

No texto de **Henri-Pierre Jeudy**, uma contribuição a uma discussão atual e abrangente, tratando a questão da conservação patrimonial no âmbito das relações disciplinares, sociais, culturais e políticas. Jeudy denuncia o esforço extraordinário dos arquitetos para inventarem um “patrimônio do futuro” como símbolo arquitetônico contemporâneo

imbricado no discurso de legitimação institucional que relaciona identidade e patrimônio e cujo objetivo seria dar “um sentido construtivo à angústia do desaparecimento dos traços culturais”. Angústia que colocaria a conservação patrimonial como uma resistência ao declínio desta identidade e que teria um braço político consensual baseado no sentimento comum de preservação. Uma preservação que requer uma política de acesso à cultura por todos mas que, igualmente, requer rentabilidade econômica. Rentabilidade que se reflete claramente naquilo que o autor chama de “exibicionismo cultural contemporâneo” e que estaria fundamentado no princípio de uma superexposição que cega o olhar para a singularidade das coisas. “Todos os dramas da humanidade estão destinados a se tornarem objetos de um memorial”, impondo uma idéia negativa do presente e onde o papel da arte e da arquitetura seria “produzir no seio de uma prática memorialista o futuro de nossas ilusões”. Jeudy alerta assim para a extrema arrogância de uma sociedade que quer decidir, antecipadamente, qual o seu legado; uma sociedade que quer inventar seu “patrimônio do futuro”.

**Fernando Alvarez Prozorovich** atende um outro tipo de desafio: compreender e intervir sobre uma obra considerada monumento. Para tal nos explica o programa e uma metodologia de ensino para uma disciplina denominada “A intervenção no patrimônio histórico. Fundamentos e casos de estudos.” que dirige no Departamento de Composición da Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona - ETSAB e no Máster de Restauración de Monumentos da Universitat Politècnica de Catalunya. Neste texto, de enorme interesse para todos aqueles que trabalham e estudam as formas de análises e intervenção no patrimônio construído, Alvarez trata da importância da descrição física, dos levantamentos e categorizações mas, principalmente, destaca a necessidade de incorporação do estudo das relações entre os agentes responsáveis pela intervenção. Trata de questões inerentes ao processo inicial de investigação, que deve naturalmente preceder a intervenção, e do processo de intervenção propriamente dito, onde sinaliza o desafio maior de como produzir uma reescritura da cidade histórica com uma linguagem própria e carregada de sentido. Ou seja, como responder ao desafio maior que é aquele da conservação da vida e não o da conservação per se e como, questiona o autor, devolver à cidade já não a sua eficácia ambiental e pitoresquista mas a sua unidade potencial e integradora.

O texto de **Ana Carolina Bierrenbach** nos leva a refletir sobre a condição fugaz da excepcionalidade de nossos exemplares da arquitetura moderna. Ressalta como atualmente as edificações arquitetônicas modernas, em suas origens destacadas pela originalidade e modernidade de suas composições, parecem não causar impacto aos cidadãos que por elas passam ou mesmo as utilizam. Propõe uma reflexão sobre o caráter desta invisibilidade contraposta ao potencial estético e histórico de uma arquitetura classificada como excepcional pelos especialistas. O que teria tornado estes exemplares de nossa arquitetura moderna irrelevantes, para a autora, não seria apenas

o tempo, que nos separa do caráter novedoso das respectivas inaugurações, mas a existência de determinados valores, próprios da vida moderna, que teriam se intensificado na atualidade. Cita, especificamente os casos do Elevador Lacerda, do Instituto do Cacau e do Edifício Caramuru, todos em Salvador, e examina as circunstâncias que caracterizaram cada concepção e também a situação em que se encontram. Finalmente indaga porque estas manifestações arquitetônicas da cidade moderna seriam hoje praticamente irrelevantes. O novo, como diz a autora, também é uma condição “fugaz, voraz e velozmente superável”. Como orientaria a definição mesma de modernidade, seu envelhecimento é premeditado, “incessante e inexorável”. “Assim, tanto na modernidade como na contemporaneidade, existe um discurso prevalecente que aparentemente apresenta possibilidades futuras, que é o mesmo que as sufoca implacavelmente, impossibilitando mudanças de fato”, como aquelas obras mencionadas por Jeudy e pensadas para serem o “patrimônio do futuro”.

**Urpi Montoya Uriarte** trata daquilo que, de uma forma ou de outra, aparece como elemento essencial em todos os textos: a vida. Neste caso, a luta dos pobres pelo direito a permanecer morando no Centro Histórico de Salvador, no momento em que o mesmo passa a ter certo protagonismo mundial graças ao título de “Patrimônio da Humanidade” dado pela UNESCO. A partir daí, a autora nos apresenta um relato crítico e bem fundamentado sobre aquilo que teria sido o projeto e a prática da sétima etapa de “recuperação” do Centro Histórico de Salvador. Ou seja, o projeto, cuja ênfase é dada no uso habitacional e na manutenção da população residente e a prática, expulsando e criando um novo “perfil socioeconômico” dos moradores do Centro Histórico. Como grande contradição deste invento, a constatação de que nem mesmo o patrimônio nem mesmo a cultura, aparentes motivos das operações preservacionistas que teriam levado a Unesco a atribuir o mencionado título, são atendidos por esta prática. Porque, como bem alerta a autora, cultura é antes de tudo um conjunto de significados. Dissociado deste significado, o chamado Centro Histórico é um repertório de objetos submetidos a prerrogativas de agentes financiadores para quem a idéia de cultura esta vinculada ao poder e ao interesse mercantil. “E a cultura entendida como mercadoria não pode ser prosaica, mundana, tem de ser exótica, chamativa, alter (...), as pessoas têm de se vestir como pais de santo ou falar ioruba para serem consideradas “patrimônio cultural”.

**Isadora Padilha de Holanda Cavalcanti** escreve sobre um dos grandes teóricos da restauração e portanto, também um dos grandes inventores do patrimônio. A obra de Cesare Brandi tem como suporte uma apurada reflexão sobre a destruição e a memória, inspirado pela brutal realidade do pós-guerra das cidades européias. Sua obra, embora bastante lida e citada no Brasil é também, para a autora, alvo de entendimentos precários e interpretações equivocadas que contrariariam as próprias ideias do autor. Brandi desenvolve sua Teoria da Restauração a partir de uma visão de patrimônio construído que se submete à lógica da obra de arte. Neste sentido, pergunta a autora, qual seria

a “vontade de arte” do nosso tempo, ou seja, de que maneira nosso tempo deseja inventar este patrimônio. E considerando as catástrofes recentes vividas por várias cidades brasileiras, a teoria de Brandi aparece aqui como um ponto de apoio seguro para um debate necessário que, se por um lado considera a necessidade da preservação de monumentos singulares ou recomposição de conjuntos, como afirma Isadora, por outro destaca algo aparentemente evidente: a importância que para a cidade deve ter a vida das pessoas. Assim, “as novas reflexões sobre a ação conservativa passariam a apontar o restauro como um ato de juízo, de escolha crítica, de atribuição de valor” e portanto, como um ato criativo, de invenção ou reinvenção do patrimônio mas submetido à importância que para a cidade deve ter a vida das pessoas.

**Clara Bonna Pignaton** nos leva de visita, literalmente, pelo Pelourinho de Salvador. Nos permite uma imersão desgarrada de estereótipos num mar de signos e imagens que, paradoxalmente, são puro estereótipos. Ao lado do relato que Urpi Montoya nos proporciona sobre o Centro Histórico de Salvador, o olhar de Clara nos remete a uma outra dimensão das práticas vinculadas a uma cultura da mercadoria, “exótica” e “chamativa”, submetidas ao poder das classificações e das lógicas hierárquicas que tentam instaurar um sentido único e menos complexo ao lugar. Mas remete igualmente a uma lógica de resistências e outros inventos onde territorialidades imprevistas são capazes de acionar, através de teimosias, máscaras e um certo oportunismo, conexões com outros universos dessa tessitura que é o Pelourinho. Como diz a autora, “o cenário é construído para ilustrar e não para dar espaço à criação” e servem somente, na linha do pensamento de Jeudy, “para amenizar as tensões de um presente desencantado que ameaça o sentido de continuidade das sociedades e, diretamente, interferem nos arranjos políticos e econômicos vigentes”. A invenção está por todos os lados.

Afinal, além daquilo que cada texto trás, como um discurso autônomo e rico, este número especial do Cadernos PPG-AU FAUFBA, constrói um outro discurso possível: aquele que se configura da própria conversa que podemos imaginar entre cada um dos autores. E sobre este grande invento que é o Patrimônio, fica a certeza de que é necessário não tanto promover consensos quanto o enfrentamento entre idéias e práticas; conflito como caminho para fortalecer as condições democráticas de produção da cidade. Assim, estabelecendo contrapontos a essa lógica de interesses hegemônicos de indústrias, sejam elas imobiliárias, culturais ou turísticas, a interminável invenção do patrimônio, aliciando como um bálsamo ou travestindo-se de tirania, nos proporciona expor pontos nevrálgicos e fortalecer o melhor invento de todos: a cidade.

Xico Costa  
Organizador  
Primavera de 2012